

Democracia hídrica



» ALDO PAVIANI

Geógrafo e professor emérito da Universidade de Brasília

Há inúmeros países que passam pelos efeitos desastrosos das mudanças climáticas, ou seja, o que há de pior nelas, secura que se prolonga por meses ou anos. Por isso, no caso do continente africano, pode receber a ajuda humanitária da União Europeia, em termos de milhões de euros para mitigar a falta de chuvas e a seca implacável.

Essa ajuda permitiu a sobrevivência de povos e rebanhos da África. Aliás, nesse continente, há países que enfrentam a pior seca do século, segundo reportam notícias divulgadas por grandes jornais. Se a ajuda humanitária e ações emergenciais não forem mantidas por algum tempo, os africanos continuarão a sofrer as condições da secura e haverá muitas mortes a lamentar.

O mesmo acontece no Brasil. Em nosso país, a falta de chuvas afeta algumas regiões como o sertão nordestino e, presentemente, no Centro-Oeste, onde a neblina das queimadas se abate sobre muitos territórios da região. No caso específico do Distrito Federal, se alternam o período chuvoso, mais intensamente nos meses finais e iniciais de cada ano.

Presentemente, o DF atravessa forte estiagem, que estimula alguns agricultores a “limpar o terreno” com incêndio da vegetação esturricada, controlada ou não. Como é o caso da Flona, a Floresta Nacional com incêndio, apesar do intenso combate por parte dos bombeiros. Esses incêndios acabaram por eliminar loboguarás e muitas cobras que não se safaram do fogo intenso, que dura dias.

No caso de escapar ao controle, esses incêndios afetam largas porções do território e serão devastadores, inclusive com o fogo atingindo

animais silvestres que não escapam das labaredas. A névoa que abrange grandes territórios parece influir na formação de nuvens propícias às precipitações atmosféricas. Então, as ações antrópicas, nesse caso, se aliam à temporada seca em prejuízo ao meio ambiente, às pessoas, animais e plantas.

Alguém pode questionar esse fato, acreditando que o ambiente natural se “regenera” no devido tempo com a umidade que substitui a secura na região. De fato, muitas plantas possuidoras de cascas grossas estão relativamente protegidas do fogo, mas muitos animais não sobrevivem à passagem do incêndio. Isso precisaria ser mais bem avaliado pelas instituições que se ocupam do meio ambiente.

Por vezes, os jornais e o noticiário das televisões mostram animais que não resistem ao fogo. Se for possível, a polícia ambiental poderia investigar se a origem dos incêndios foi um descuido ou ação de grileiros que desejam se apossar de terras desocupadas do governo ou de proprietários rurais. No caso da grilagem, presume-se que possa haver um combate a essa prática e a reversão dos territórios aos seus legítimos proprietários, seja ao estado ou os proprietários das terras.

Retornando à democracia hídrica, um tema que leva a pensar nas interferências climáticas que interferem para que a água não chegue a todos. É o caso de alguns países, como o Iêmen, objeto de matéria do matutino **Correio Braziliense** do dia 14 último, onde a escassez de água se deve a uma onda de calor extremo com crises cada vez mais recorrente.

E, o que é pior, a falta d’água afeta justamente os países mais pobres. Na notícia, há um

depoimento do cientista da Universidade da Austrália, o professor Neville Nicholls, em que adverte: “O mundo não será capaz de conter os impactos deletérios dos gases do efeito estufa”.

O Brasil também não implanta políticas públicas para que os efeitos dos gases do efeito estufa sejam minimizados ou contidos. Não se pensa em estocar águas das chuvas que ocorrem no período úmido para que sejam aproveitadas no tempo seco como o último que enfrentamos. Por certo, realizar ações de planejamento em muitas áreas estratégicas está tardando.

De fato, urge pensar o futuro para estabelecer planos úteis para a população e para o ambiente natural. Julga-se que não é usual se pensar em ações para evitar os danos do tempo seco aos brasileiros e à sua natureza. Isso não é de hoje, porque sempre se pensou nas riquezas de seu enorme território, rico por sua natureza. O pensamento imediatista não é apenas dos brasileiros, ele se espalha pelo resto do mundo, principalmente em países pobres do Terceiro Mundo.

Na atualidade, esses países enfrentam secas e são preocupação da Organização das Nações Unidas (ONU). Nessa instituição mundial, afirma-se que a “Terra segue para um campo de destruição”, segundo o que noticiou o **Correio Braziliense**, referido acima. Tem precedência a recomendação do pesquisador Nicholls de que “deveremos desenvolver métodos para nos adaptar às mudanças climáticas”. Ações concretas de proteção ambiental evitarão danos irreversíveis ao planeta. O alerta chega em tempo útil para que se tomem as medidas preconizadas pela ciência e se atinja plena democracia hídrica ou água para todos.

Setembro Verde pede mais inclusão e acessibilidade

» CAROLINA IGNARRA
CEO do Grupo Talento Incluir

Setembro Verde é uma iniciativa que objetiva reforçar a importância da acessibilidade e da inclusão da pessoa com deficiência. O mês foi escolhido por ser comemorado, em 21 de setembro, o Dia Nacional da Luta das Pessoas com Deficiência, e ousou dizer que a verdadeira busca das pessoas com deficiência continua sendo a acessibilidade em todas as suas esferas. Sem acessibilidade não há inclusão, o que vai muito além de uma rampa ou um banheiro acessível. Segundo Romeu Sassaki, especialista em inclusão, a acessibilidade ocorre em sete dimensões: atitudinal, arquitetônica, programática, metodológica, instrumental, comunicacional e natural.

É por meio da promoção da acessibilidade que a gente mede a real intenção da inclusão. Ela é um direito e não privilégio. É fundamental para nos ajudar a ultrapassarmos as barreiras que nos excluem do mercado de trabalho, das escolas, dos espaços para entretenimento, cultura, lazer etc.

A falta de acessibilidade nos oprime e nos impede de estarmos mais presentes na sociedade, nos priva de tantos direitos inclusivos e direitos de consumir. E, se não somos percebidos, não somos considerados. Nós queremos e precisamos dessa visibilidade para aumentarmos nossa representatividade, não só em setembro. O ano todo.

A própria medição do tamanho da população com deficiência aqui no país é um desafio. Os números são incongruentes. O último censo, realizado em 2010, apontou que o Brasil contabilizava 45 milhões de brasileiros com deficiência, cerca de um quarto da população do país. Porém, a Pesquisa Nacional de Saúde (PNS), feita pelo próprio IBGE em 2019, apontou que cerca de 17,3 milhões, ou seja, 8,4% da população brasileira com idades acima dos dois anos têm algum tipo de deficiência.

Mesmo assim, o censo 2022 vai questionar se há ou não pessoas com deficiência nos domicílios apenas a cada 10 casas entrevistadas. O que mais uma vez pode distorcer a realidade sobre essa contagem. A falta de dados precisos atrapalha a inclusão produtiva. Em tempos de eleições, é preciso lembrar que essa parcela importante da população também tem demandas urgentes com a saúde, a educação, a economia, a mobilidade urbana e o mercado de trabalho.

Outros desafios estão no desbloqueio de vieses que as pessoas que não convivem com outras com alguma deficiência criam por falta de entendimento sobre nossas capacidades. A Lei de Cotas é uma das ações mais afirmativas que este país criou para estimular a inclusão. Ela tem aberto vagas nas empresas e, a partir delas, reforça também o entendimento sobre equidade e sobre como a diversidade pode ser benéfica para inovações e reputação mais cidadã das empresas.

Mais que contratar, a inclusão de pessoas com deficiência tem apontado um caminho importante para a inclusão produtiva. Desde o processo seletivo inclusivo até o acompanhamento regular do desenvolvimento de carreira de cada profissional. Somos profissionais e a deficiência é uma das nossas características. Não tem nada a ver com a eficiência ou a falta dela.

Mesmo com a lei, 46,98% das empresas no Brasil ainda resistem em aumentar a inclusão das pessoas com deficiência e não cumprem a Lei de Cotas. Segundo os últimos dados da Rais (Relação Anual de Informações Sociais solicitada pelo Ministério do Trabalho e Emprego) de 2019, dos 9 milhões de pessoas com deficiência aptas para o trabalho, apenas 530 mil estão empregadas no país. A qualidade dessas vagas também é outro desafio. Não podemos apenas servir aos cargos iniciais. Podemos e devemos ter acesso aos cargos de liderança.

Precisamos estar nos debates políticos, nos cinemas, nos teatros, nas academias, nas escolas, nas ruas, nas campanhas publicitárias, nas novelas. Estamos vivenciando diariamente situações que excluem as pessoas com deficiência de trabalhos artísticos. É o que ficou conhecido como cripface, uma prática capacitista em que os personagens com deficiência são interpretados por atores sem deficiência em peças, novelas, propagandas, modelos fotográficos. Essa atividade, além de não representar a realidade, exclui ainda mais os atores com deficiência dessa atividade e impede o desenvolvimento de novos talentos.

O cripface é expressão que surgiu nos Estados Unidos, derivada da junção de duas palavras em inglês: crippled (sinônimo de disable, que significa deficiência) e face (rosto). É inspirada em outra expressão que também é de origem norte-americana, o blackface, quando artistas brancos pintam o corpo e o rosto de preto para representar pessoas negras.

Há mais de duas décadas, a Oficina dos Menestres, grupo de teatro dirigido bravamente por Deto Montenegro, oferece cursos e oficinas para pessoas com diversas deficiências atuarem e se apresentarem em espetáculos de arte, e a deficiência faz parte dos artistas. É assim que se promove a inclusão. Mudando de atitude e acreditando que uma pessoa tem seus talentos, além das suas características.

Para entender sobre nossos desafios, é preciso que cada um meça seu nível de inclusividade e se construa novamente, reagindo contra os preconceitos e se convertendo de fato para a inclusão, agora na posição de aliado que, além de aplausos, abre caminhos para a acessibilidade de todos, independentemente de religião, gênero, raça, cor e deficiência. Assim, o mundo inclusivo será o melhor mundo para qualquer pessoa, não apenas em setembro.